



O território é nosso! O trabalho de campo e o turismo pedagógico como instrumentos de construção do conhecimento e de apropriação do território

Marcela do Nascimento Padilha¹
Professora do ProfGeo-Uerj

Viviane de Oliveira Lavandeira²
Mestranda do ProfGeo-Uerj

Vitor Stuart Gabriel de Pieri³
Professor do ProfGeo-Uerj

Resumo.

O direito à cidade é algo negado a uma grande parcela da população que vive em um país socialmente desigual, onde a cidadania é extremamente frágil. Essas pessoas enfrentam inúmeros obstáculos para acessarem e se apropriarem dos espaços mais valorizados do município em que residem, o que enfraquece a sua própria identidade territorial. A Geografia e o Turismo têm instrumentos capazes de combater esse problema e dar a oportunidade de os moradores locais conhecerem melhor o seu território, se apropriarem dele e fortalecerem seu sentimento de pertencimento e a sua cidadania. Estamos nos referindo ao trabalho de campo e ao turismo pedagógico voltados para a educação básica, que oferecem uma metodologia de ensino-aprendizagem capaz de unir o conteúdo lecionado em sala de aula com a realidade que se apresenta no território, levando os estudantes de escolas públicas a construir o seu conhecimento, se apropriarem do território do seu município e fortalecerem a sua identidade territorial e a sua cidadania. Apresentamos aqui ideias acerca desses dois instrumentos de ensino-aprendizagem e como o NUPETTE/Uerj/CNPq – Núcleo de Pesquisas em Turismo, Território e Educação – vem realizando ações neste sentido com escolas públicas do Rio de Janeiro e de Teresópolis.

¹ Doutora em Geografia, Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Geografia - ProfGeo, UERJ. E-mail: marcelapadilha.uerj@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9849-3899>

² Professora das redes municipal e estadual de ensino do Rio de Janeiro, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Geografia - ProfGeo, UERJ. E-mail: vivigeografia@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-5769-9716>

³ Doutor em Geografia, Professor do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Geografia – ProfGeo – e do PPGEQ, UERJ. E-mail: vitorpieri@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-000-7497-2839>

Trabalho feito com o apoio financeiro do PROEB/Capes e da Faperj: Edital E_13/2023 - AUXÍLIO BÁSICO À PESQUISA (APQ1), processo: SEI-260003/005824/2024.

Palavras-chave: Trabalho de campo; Turismo Pedagógico; Geografia Escolar; Cidadania; Apropriação do território.

THE TERRITORY IS OURS! FIELDWORK AND PEDAGOGICAL TOURISM AS INSTRUMENTS FOR BUILDING KNOWLEDGE AND APPROPRIATING TERRITORY

Abstract.

The right to the city is denied to a large section of the population living in a socially unequal country where citizenship is extremely fragile. These people face countless obstacles in accessing and appropriating the most valued areas of the municipality in which they live, which weakens their own territorial identity. Geography and tourism have tools that can combat this problem and give local residents the opportunity to get to know their territory better, take ownership of it and strengthen their sense of belonging and citizenship. We are referring to fieldwork and pedagogical tourism aimed at basic education, which offer a teaching-learning methodology capable of uniting the content taught in the classroom with the reality of the territory, leading public school students to build their knowledge, take ownership of their municipality's territory and strengthen their territorial identity and citizenship. Here we present ideas about these two teaching-learning tools and how NUPETTE/Uerj/CNPq - the Tourism, Territory and Education Research Centre - has been working with public schools in Rio de Janeiro and Teresópolis.

Keywords: Fieldwork; Pedagogical Tourism; School Geography; Citizenship; Appropriation of territory.

¡EL TERRITORIO ES NUESTRO! TRABAJO DE CAMPO Y TURISMO PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTOS DE CONSTRUCCIÓN DE CONOCIMIENTO Y APROPIACIÓN DEL TERRITORIO.

Resumen.

El derecho a la ciudad es algo que se le niega a una gran parte de la población que vive en un país socialmente desigual, donde la ciudadanía es extremadamente frágil. Estas personas enfrentan numerosos obstáculos para acceder y apropiarse de los espacios más valorados del municipio en el que viven, lo que debilita su propia identidad territorial. La Geografía y el Turismo cuentan con instrumentos capaces de combatir este problema y dar a los residentes locales la oportunidad de conocer mejor su territorio, apropiarse del mismo y fortalecer su sentido de pertenencia y ciudadanía. Nos referimos a trabajos de campo y turismo pedagógico dirigidos a la educación básica, que ofrecen una metodología de enseñanza-aprendizaje capaz de unir los contenidos impartidos en las aulas con la realidad que se vive en el territorio, llevando a estudiantes de escuelas públicas a construir sus conocimientos, apropiarse del territorio de su municipio y fortalecer su identidad territorial y ciudadanía. Aquí presentamos ideas sobre estos dos instrumentos de enseñanza-aprendizaje y cómo NUPETTE/Uerj/CNPq – Centro de Investigaciones en Turismo, Territorio y Educación – viene realizando acciones en este sentido en escuelas públicas de Río de Janeiro y Teresópolis.

Palabras clave: Trabajo de campo; Turismo pedagógico; Geografía Escolar; Ciudadanía; Apropiación del territorio.

Primeiras Linhas

moro a duas horas e meia do mar
moro a dois ônibus ou
vinte e quatro estações de trem e
onze estações de metrô
do mar
moro a tanta preguiça de ir
até o mar
mas todo dia piso
nos dois montes de areia
da calçada do vizinho
e lembro
que só esquece o mar
quem mora perto do mar [...]

A setenta quilômetros do mar
De Bruna Mitrano

Os versos do poema de Bruna Mitrano nos levam a refletir sobre o cotidiano dos moradores do subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, acostumados a vê-la pintada, cantada, encenada e divulgada como a Cidade Maravilhosa, detentora de belíssimas praias, relevos e florestas, mas que pouco desfrutam desses seus encantos.

Morar perto do mar no Rio de Janeiro significa, em grande parte dos casos, ter uma situação socioeconômica bastante confortável, capaz de permitir pagar os altos custos que esta localização impõe. Morar longe do mar no Rio de Janeiro não significa apenas estar longe fisicamente do principal espaço público da cidade, mas também estar distante socialmente dos benefícios usufruídos por aqueles que moram próximo da praia. Além disso, considerando o que os cariocas costumam dizer: “O Rio de Janeiro não é para amadores”, percebemos que a desigualdade social na cidade é tão complexa que uma parcela significativa de sua população que mora em bairros banhados pelo mar parece estar a quilômetros de distância dele. Como é o caso dos moradores da Rocinha, uma das maiores favelas da América Latina. Tão perto, tão longe...

O Rio de Janeiro é considerado a porta de entrada dos turistas no Brasil. Por duzentos anos foi a capital do país e, para muitos estrangeiros, é como se a cidade continuasse a exercer essa função. Símbolos da sua

paisagem são reconhecidos por pessoas do mundo todo, como o Cristo Redentor e o Pão de Açúcar. No entanto, estima-se que pelo menos metade dos moradores da cidade nunca estiveram nesses lugares. Ou seja, os principais destinos turísticos de uma das cidades mais visitadas do país seguem desconhecidos pelos seus habitantes, que, embora estejam no mesmo território municipal, a sua frágil cidadania não lhes permite usufruir do seu direito à cidade.

A denúncia do problema tem sido feita há décadas e algumas possíveis soluções vêm sendo pensadas e testadas (FREIRE, 2000), ainda que timidamente, no sentido de se proporcionar aos moradores oportunidades de conhecer, reconhecer e se apropriar do seu território, e, assim, buscar fortalecer a sua cidadania, levando-os a usufruir de direitos que, historicamente, lhes foram negados.

O Núcleo de Pesquisas em Turismo, Território e Educação – NUPETTE/Uerj/CNPq – do qual os três autores deste artigo fazem parte, vem, ao longo dos últimos oito anos, realizando estudos, pesquisas e atividades extensionistas que mostram que um dos caminhos possíveis para se proporcionar maior conhecimento e apropriação de um território por seus moradores é aquele composto por atividades promovidas pelas escolas para os seus estudantes.

A Geografia tem uma longa tradição de utilização dos trabalhos de campo para conhecimento e reconhecimento dos territórios e paisagens, naturais e culturais. No entanto, esse poderoso instrumento científico e pedagógico está praticamente restrito ao ensino superior, limitando, assim, a sua prática aos estudantes de bacharelado e licenciatura em Geografia, como afirmam Alentejano e Rocha Leão (2006). O que os trabalhos do NUPETTE vêm mostrando é que a metodologia envolvida com o trabalho de campo pode ser desenvolvida também na educação básica, e não apenas nas universidades e instituições de pesquisa. Outra metodologia de ensino que o NUPETTE vem desenvolvendo é a do Turismo Pedagógico, que guarda similaridades e diferenças com relação ao trabalho de campo, que veremos ao longo deste artigo.

Dessa forma, para elaborar este artigo dialogamos com autoras e autores que abordam o trabalho de campo e o turismo pedagógico no ensino da Geografia, mas apontando para a importância de se utilizar estes instrumentos de maneira interdisciplinar, buscando pela construção de um conhecimento que possa unir a realidade próxima ao conteúdo curricular. Neste sentido, traremos uma reflexão pautada nos trabalhos de Helena Callai e Paulo Zarth (1988); Alentejano e Rocha Leão (2006); Yves Lacoste (2006); Marcela Padilha (2021; 2023); Eladyr Raykil e Cristiano Raykil (2005); Daiana Gomes, Karol Mota e André Perinotto (2012), entre outros.

Além do referencial teórico, apresentamos algumas ações do grupo de pesquisa, bem como resultados dessas ações, que vão desde a oferta de curso de formação para profissionais do magistério e do Turismo, organização e realização de trabalhos de campo e turismo pedagógico com estudantes de escolas públicas do Rio de Janeiro e de Teresópolis, até projetos de lei municipal que amparem a realização do Turismo Pedagógico nas escolas municipais..

O Trabalho de Campo e o Turismo Pedagógico na Geografia Universitária e Escolar

É possível encontrarmos diferentes conceituações sobre trabalho de campo, aula em campo, estudo do meio, turismo pedagógico, entre outros instrumentos metodológicos que nos permitam observar e analisar a realidade com base em uma teoria adquirida e em experiências pretéritas. Estes instrumentos metodológicos podem ser utilizados tanto no ensino superior, quanto na educação básica, como afirmamos acima. Vejamos algumas considerações sobre ambos.

A) o Trabalho de Campo na Geografia

Lacoste (2006), Alentejano e Rocha-Leão (2006) e Kaiser (2006) apresentam interpretações sobre o trabalho de campo utilizado pela Geografia como um processo de investigação em que o(a) pesquisador(a) busca por maior aproximação com seu objeto, utilizando, para isso, registros fotográficos, entrevistas, produção de dados e análise dessas informações, por exemplo.

Com isso, pode-se afirmar que o trabalho de campo é uma imprescindível fonte de conhecimento para a pesquisa e é imprescindível a sua relação com teorias e processos históricos. Nas interações dialéticas entre sujeito e objeto durante o trabalho de campo, como a observação e coleta de dados, por exemplo, o sujeito constrói e reconstrói o objeto e esse último, também contribui para a construção e reconstrução do primeiro. Contudo, há limites, problemas, diferentes visões sobre essa metodologia e discordâncias quanto à forma de sua realização que devem ser levados em consideração. É conveniente frisar que para Lacoste (2006), Alentejano e Rocha-Leão (2006) e Kaiser (2006) os conceitos de trabalho de campo e pesquisa de campo se aproximam.

No campo, o pesquisador apresenta limites de observação e análise referentes ao seu posicionamento político, pois sua visão e estudo contemplam os elementos apropriados à sua ideologia política e, muitas vezes, negligenciam os elementos destoantes dessa ideologia. Lacoste (2006) exemplifica esses limites com a análise do livro *Le paysans du Delta Tonkinois* (GOUROU, 1936 *apud* LACOSTE, 2006). Nesta obra, Gorou exalta as belezas das paisagens do Vietnã e não denuncia as condições de colonização, exploração e miséria da população daquele território durante a época estudada. Certamente muitos homens e mulheres vietnamitas colaboraram para a pesquisa de Gorou, que não teve a postura em contribuir para a denúncia das mazelas sociais pelas quais a população passava.

Alentejano e Rocha-Leão (2006) expõem outro problema referente à observação, ao olhar do pesquisador, no campo no que concerne à dicotomia físico-humana. De acordo com a história de pesquisa do cientista e com a própria dicotomia entre os elementos físicos e sociais, o pesquisador realiza uma abordagem privilegiando o social ou o natural sobre os processos estudados, o que vai de encontro à visão integradora que a Geografia se propõe. As especializações de estudos sociais ou naturais também reforçam a divisão da Geografia em Humana e Física e contribuem para a produção de conhecimento segmentado e que muito destoa da realidade.

Diversos(as) pesquisadores(as) tentam realizar estudos integrados entre elementos físicos e sociais a partir das novas tecnologias de informação, muitas vezes suprimindo o trabalho de campo, argumentando sobre a superioridade dessas novas tecnologias na obtenção e processamento de

informações. Alentejano e Rocha-Leão (2006) criticam essa prática, explicando que ela não cumpre seu objetivo de abordagem integradora, não supera o problema da dicotomia sociedade-natureza presente na Geografia e que o campo é essencial na pesquisa geográfica para entender a espacialidade dos processos, fazendo parte do que eles denominam de método de trabalho dos(das) geógrafos(as). As novas tecnologias de informação se configuram como instrumentos e facilitam a pesquisa; portanto, elas não devem substituir o campo, mas servir como meios para ampliar as possibilidades no trabalho de campo e contribuir para a pesquisa como um todo.

No texto 'A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos', Lacoste (2006) enfatiza que o campo deve ser relacionado à teoria para que ele não se resuma ao empirismo e porque a fundamentação teórica é inerente à metodologia científica. Os fenômenos do território estudado também devem ser articulados com os de outros territórios, com os processos de extensões maiores. Alentejano e Rocha-Leão (2006) concordam com Lacoste (2006) e analisam o trabalho de campo como uma ferramenta para a pesquisa geográfica e, como tal, não pode estar desarticulada ao método de trabalho dos(das) geógrafos(as), à teoria e aos processos históricos de diferentes escalas.

Segundo Lacoste (2006) o trabalho de campo, associado à fundamentação teórica e aos fenômenos de extensões maiores, e essa nova relação pesquisadores(as)-pesquisados(as), explicada acima, não apenas apresentam importância científica, mas também política. Com essa metodologia, a pesquisa científica evoluiria com participação popular, contribuiria para a formação de pesquisadores(as), para a emancipação social e transformação de uma sociedade mais justa e democrática.

B) O Trabalho de Campo na Geografia Escolar

Muito se discute sobre as diferenças entre a produção da ciência geográfica e aquela voltada para a Geografia Escolar. Para Callai (2001), o ensino de Geografia na educação básica não é uma simplificação do conhecimento (re)produzido pela Ciência Geográfica. Contudo, há relação entre a Geografia Escolar e a Ciência Geográfica. Essa relação envolve a definição

do objeto de estudo da Ciência Geográfica, que é o espaço geográfico, o espaço produzido e transformado através das relações sociais e relação sociedade-natureza, como será melhor explicado no terceiro capítulo. É válido enfatizar que o processo ensino-aprendizagem é atravessado por diferentes situações, como aquelas ligadas à cultura escolar, o conhecimento desenvolvido com a prática docente e condições adequadas de trabalho para os(as) profissionais de educação.

Dessa forma, Callai (2001) explica que os objetivos do ensino de Geografia nos ensinos fundamental e médio estão ligados à formação de sujeitos conscientes, capazes de entenderem as relações sociais de (re)produção do espaço geográfico e atuarem na formação de um espaço e sociedade mais igualitários e justos. Nesse sentido, a autora realça a importância do estudo do local e do município, onde os atores do processo ensino-aprendizagem estão inseridos, por contribuir com os objetivos do ensino de Geografia na educação básica.

A importância das escalas local e municipal são caras à Callai (2001), que afirma que o estudo desses lugares próximos por professores(as) de Geografia e seus(suas) estudantes da educação básica, proporciona a investigação dos principais elementos físicos e sociais do território em análise, do seu processo de formação, das relações sociais intrínsecas dessa parcela do espaço, da relação entre o território de estudo e outras partes e fenômenos de diferentes escalas e da análise do arranjo espacial a partir da lógica do capital etc. Com isso, o trabalho de campo nos locais de vivência das(os) estudantes e em outros locais do município, como estabelecimentos culturais, colabora de forma significativa com o conhecimento sobre o território.

Para Callai e Zarth (1988), o trabalho de campo na Geografia Escolar é uma metodologia de ensino-aprendizagem que promove a saída do ambiente escolar, a visita de professores(as) e estudantes à porção do espaço geográfico em investigação ou estabelecimentos, os quais permitem o contato com os elementos naturais e/ou sociais do objeto de estudo. No trabalho de campo, docentes e discentes objetivam aprofundar o seu conhecimento sobre o objeto de estudo, a partir da maior interação com o mesmo no campo, no ambiente em que esse objeto está presente e/ou representado.

A interação com o objeto de estudo, durante o trabalho de campo na

Geografia Escolar pode se manifestar através da observação das paisagens e exposições dos estabelecimentos culturais, trabalho sobre o conhecimento científico acerca dessas paisagens e exposições, relação com a teoria trabalhada em sala de aula, coleta e análise de dados, dentre outros. Dessa maneira, o trabalho de campo se configura como uma importante metodologia para o processo ensino-aprendizagem, porque não apenas colabora para uma melhor compreensão sobre o objeto de estudo, mas também pode contribuir para que docentes e discentes produzam informações e conhecimento acerca desse mesmo objeto. Isso estimula que os atores do processo ensino-aprendizagem se reconheçam como produtores(as) de conhecimento e sujeitos históricos, os quais são influenciados(as) e também podem influenciar a sua realidade imediata e território onde estão inseridos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Geografia (BRASIL, 1998) discorreram sobre o trabalho de campo e sua importância no processo ensino-aprendizagem. Esse documento analisa o trabalho de campo como um conjunto de práticas desenvolvidas fora do ambiente escolar, a partir da maior interação com o objeto de estudo, que leva os(as) educandos(as) à análise de relações sociais, da relação sociedade-natureza, investigação geográfica e produção de conhecimento essenciais para a formação discente. Com isso, o Estado reconhece a relevância do trabalho de campo como importante metodologia no processo ensino-aprendizagem, ainda que ofereça pouca estrutura de apoio ao uso desse tipo de metodologia.

C) O Turismo Pedagógico

O turismo é um fenômeno social moderno, que vem crescendo de forma significativa e que já responde por quase 10% do PIB mundial, segundo o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (MTur, 2023). Para Moesch (2013), turismo se refere às visitas e/ou viagens, voluntárias e temporárias, e às ações desenvolvidas nesses deslocamentos, por indivíduos e/ou grupos de pessoas com os objetivos fundamentais de entretenimento, descanso e aproveitamento de amenidades naturais e atividades culturais. A autora explica que o turismo nasceu com o modo de produção capitalista e o mesmo avançou de acordo com cada etapa desse sistema social. Ainda que o turismo venha ganhando

adeptos dentro das classes sociais mais baixas, a maior frequência de turistas em locais mais distantes da sua residência é alcançada pelas classes média, média alta e alta.

Existem obstáculos importantes como o financeiro, coerção policial, diferentes tipos de preconceitos e falta de informação, para que a atividade se torne mais democrática, sendo praticada, também, por pessoas pobres. Segundo dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua de Turismo 2020-2021, desenvolvida pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), famílias que apresentam uma renda per capita de quatro salários mínimos ou mais viajam quatro vezes mais do que aquelas que sobrevivem com menos do que meio salário mínimo. A mesma pesquisa mostrou que nas famílias com renda per capita menor do que R\$ 550, o principal motivo das viagens é o tratamento da saúde; enquanto a razão mais frequente para domicílios, com renda per capita de R\$ 4,4 mil ou mais, é o turismo (IBGE, 2021).

Além disso, grande parte dos indivíduos das classes populares é privada de tempo satisfatório de descanso do trabalho, o que dificulta a participação em atividades turísticas que possam proporcionar o prazer, modificação do capital cultural, acesso à pluralidade cultural e educação patrimonial. Nesse sentido, o turismo pode ser interpretado como um instrumento capitalista de acirramento das desigualdades socioespaciais. No entanto, ele também pode ser um instrumento de ampliação da cidadania e de direito à cidade, caso seja alvo de políticas públicas direcionadas às classes sociais mais baixas. Um exemplo é o turismo pedagógico voltado para estudantes de escolas públicas.

Autores(as) como Padilha (2021; 2023), Raykil e Raykil (2005), Gomes, Mota e Perinotto (2012) abordam o Turismo pedagógico como uma metodologia de ensino-aprendizagem que envolve visitas e atividades desenvolvidas por educandos(as) e educadores(as), em locais turistificados, proporcionando aos atores do processo ensino-aprendizagem acesso a locais de entretenimento, a estabelecimentos culturais, contato com a natureza, maior interação com o objeto de estudo e construção ou aprofundamento do conhecimento sobre ele a partir dos conteúdos curriculares lecionados.

A principal diferença entre o trabalho de campo na Geografia Escolar e o turismo pedagógico é que a participação dos(das) estudantes nas atividades de

turismo pedagógico é voluntária, ou seja, os(as) professores(as) os(as) convidam a participarem dessas atividades e eles(elas) decidem se farão as visitas ou não de acordo com os seus interesses e necessidades. O caráter voluntário da participação nas atividades de turismo pedagógico estimula a autonomia e tomada de decisão dos(das) discentes. Estes(as) últimos(as) ainda podem colaborar com a escolha de locais turísticos a serem visitados de acordo com o que julgam serem atividades prazerosas e isso permite a problematização, diálogo e debate entre estudantes e professores(as) sobre o entretenimento, acesso a estabelecimentos culturais e contato com amenidades naturais. Estudantes também podem contribuir com as escolhas sobre o desenvolvimento de atividades antes, durante e após a visita. Com isso, os(as) docentes incentivam a pesquisa e debate sobre a relevância, elementos físicos e sociais que compõem a visita, permitindo o aprofundamento do conhecimento sobre o objeto de estudo.

Segundo os(as) autores(as) citados(as), que se dedicam ao tema sobre turismo pedagógico, outra distinção entre o trabalho de campo e o turismo pedagógico é que as atividades de turismo pedagógico se desenvolvem, necessariamente, em locais com alguma infraestrutura turística, como a presença de atrações (Exemplos: Monumentos, obras, áreas verdes, corpos d'água, passeios de barco e teleférico), locais para comer, para se divertir etc. Tal fato influencia as escolhas dos(das) discentes sobre participarem ou não das atividades de turismo pedagógico e acerca dos locais a serem visitados. Isso porque a infraestrutura turística geralmente torna o local mais atraente, não apenas para turistas, mas também para os(as) estudantes. Contudo, o aproveitamento dessas atrações, bem como o transporte para a ida e volta de espaços turistificados, pode demandar recursos financeiros que uma parcela significativa das comunidades escolares do Rio de Janeiro e mesmo do Brasil não têm acesso. Para superar esse obstáculo, o Estado e governos das diferentes esferas devem promover parcerias entre as secretarias de educação e turismo, entre as escolas e a sociedade civil, que possam ser destinados ao turismo pedagógico a fim de promover o acesso de comunidades escolares a esses locais. Dessa forma, haveria mais justiça social sobre o aproveitamento pedagógico de dos espaços turistificados.

Outros entraves para a escolha e aceitação de locais para o turismo

pedagógico, entre o corpo discente, são a falta de informação e obstáculos simbólicos. Em muitas comunidades escolares, os estudantes não têm conhecimento sobre a diversidade histórica, cultural, territorial e natural do município. Para que os(as) estudantes tenham condições de escolher e aceitar o convite para visitar espaços turistificados do município, locais esses relacionados ao objeto de estudo apresentado pelo(a) docente, é importante que os(as) professores(as) disponibilizem informações, livros, obras, sites, dentre outros, que contribuam para o debate sobre o assunto em análise e processo de escolha abordado. Com o objetivo de tentar superar os obstáculos simbólicos, é importante que os(as) profissionais de educação trabalhem a autoestima dos(das) estudantes, que possam problematizar os obstáculos simbólicos para a mobilidade urbana e reforcem que é direito das pessoas, de diferentes classes sociais, gênero e raça, frequentarem locais de entretenimento, estabelecimentos culturais, belezas naturais e lugares turistificados, a despeito dos obstáculos encontrados. Os(As) professores(as) ainda devem reforçar a ideia de que, nesses pontos turísticos, de acordo com as atividades pedagógicas desenvolvidas, os(as) estudantes podem aprofundar o seu conhecimento sobre o objeto de estudo de maneira prazerosa e estreitar os laços sociais com colegas e docentes.

O Trabalho de Campo e o Turismo Pedagógico em Ação

Tanto o trabalho de campo quanto o turismo pedagógico precisam ser planejados de maneira criteriosa, envolvendo, de preferência, professores e conteúdos de diferentes disciplinas. Levar estudantes, sobretudo da educação básica, para fora dos muros da escola não é uma tarefa simples. Ela precisa envolver elementos fundamentais para que o trabalho tenha êxito, tais como a data para a realização da visita, escolha do tema e do local para se abordá-lo, logística da saída – transporte, tempo em que se ficará fora, recursos financeiros –, concordância da instituição de ensino, autorização dos responsáveis em caso de estudantes menores de idade, contato com gestoras/es dos lugares a serem visitados, entre outras variáveis (Padilha, 2023). Por tudo isso, é mais comum vermos o trabalho de campo sendo realizado em universidades do que em escolas, visto que as/os estudantes têm

mais autonomia, até mesmo financeira. Dessa forma, como destaca Padilha (2023, p. 136),

[...] para ter resultados efetivos e positivos relacionados ao processo ensino-aprendizagem é necessário que o trabalho de campo e o turismo pedagógico sejam devidamente planejados, muito bem organizados e, diferente do que muitos pensam, eles não compreendem apenas a aula em campo, mas outras duas etapas que envolvem o antes e o depois da saída [...]

Dessa forma, consideramos aqui o trabalho de campo e o turismo pedagógico envolve 3 etapas, conforme o Quadro 1:

Quadro 1
Etapas do Trabalho de Campo e do Turismo Pedagógico

Etapas	Trabalho de Campo	Turismo Pedagógico
Etapa 1 planejamento e organização da atividade, com as escolhas dos temas, disciplinas, lugares a serem visitados e organização da saída	Pré-campo	Pré-visita
Etapa 2 saída anteriormente planejada na qual os temas abordados em sala de aula serão verificados na prática	Campo	Visita
Etapa 3 etapa final onde, em geral, se faz uma avaliação da atividade de acordo com o que as/os docentes responsáveis planejaram na etapa 1	Culminância	Culminância

Fonte: Padilha (2023, p.136).

É importante destacar a importância de as(os) organizadoras(es) do trabalho de campo e do turismo pedagógico fazerem uma visita técnica ao local escolhido antes de levar seus(as) estudantes, a fim de conhecer bem o lugar, suas características, infraestrutura, serviços oferecidos etc. Sabemos que nem sempre isso é possível, ainda mais quando a visita é feita a um lugar distante da escola. Na impossibilidade de uma visita técnica das(os) docentes, os mesmos devem tentar levantar o máximo de informações possível sobre o local, inclusive contatando pessoas que possam receber o grupo.

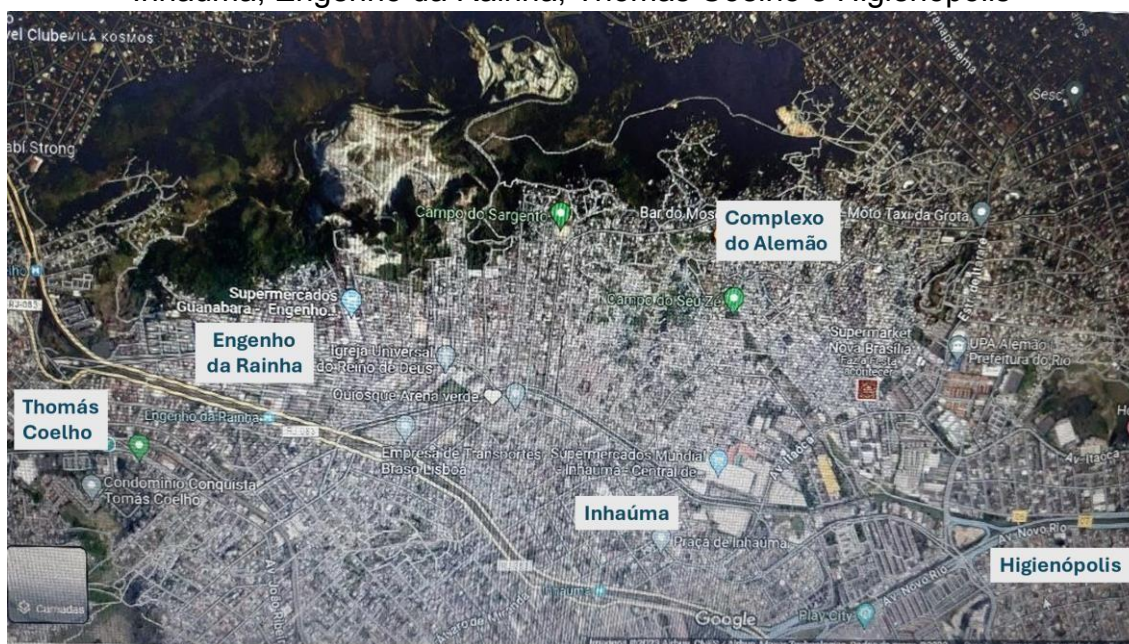
As autoras e o autor deste artigo vêm, ao longo dos últimos oito anos,

trabalhando junto a escolas públicas da zona norte do Rio de Janeiro e do município de Teresópolis. Tais ações são responsáveis por alimentar nossas pesquisas com dados, informações e percepções que nos levaram a desenvolver uma metodologia de trabalho de campo e de turismo pedagógico que tem sido bem recebida por profissionais do magistério, do turismo e por estudantes de licenciaturas e de turismo, conforme em Padilha, Lavandeira e de Pieri (2024).

Com relação às ações voltadas para estudantes da zona norte do Rio de Janeiro, essas foram direcionadas a escolas do Complexo do Alemão, uma área formada por um processo de crescimento urbano desordenado associado à ausência de políticas públicas de moradia e qualidade de vida para as classes populares, negligência do Estado em relação às necessidades da população desses territórios. O Estado atua nas comunidades principalmente através do seu braço armado, que, de forma geral, atua criminalizando e reprimindo os(as) residentes. A imagem de satélite abaixo (Figura 1) mostra o grande adensamento urbano em torno da Serra da Misericórdia nos bairros do Complexo do Alemão, Inhaúma, Engenho da Rainha, Thomás Coelho e Higienópolis. A Figura 2 mostra a distância entre o Complexo do Alemão e a Praia de Copacabana, considerada a Princesinha do Mar.

Figura 1

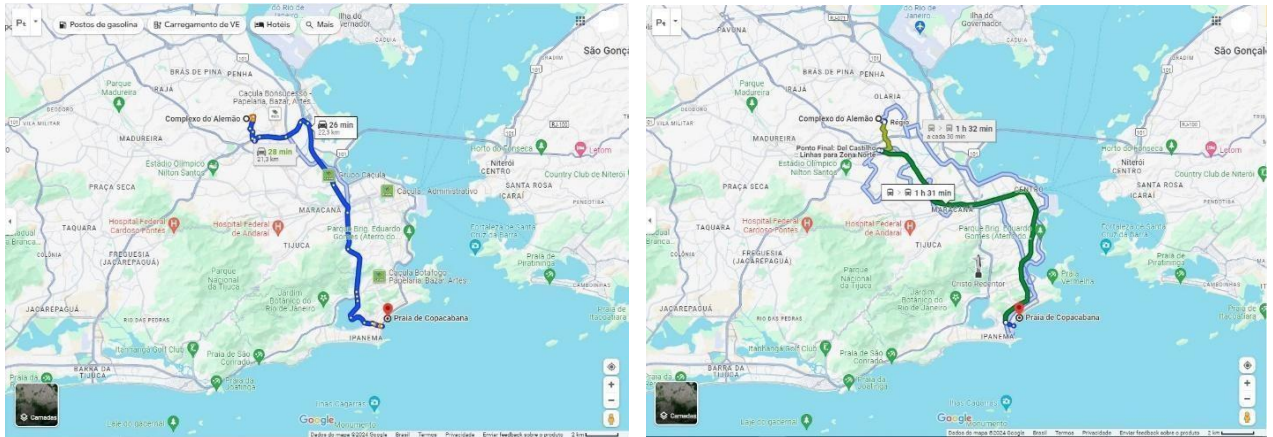
Imagem de Satélite da Região entre os Bairros do Complexo do Alemão, Inhaúma, Engenho da Rainha, Thomás Coelho e Higienópolis



Fonte: Google Maps, 2023.

Figura 2

Mapa mostrando o caminho do Complexo do Alemão até a Praia de Copacabana, distantes 22 km, que podem ser percorridos em 26 minutos de carro ou 1h 32min de transporte público



Fonte: Google Maps, 2024.

Os trabalhos de campo e atividades de turismo pedagógico com estudantes de escolas públicas do Complexo do Alemão foram realizados em locais da cidade do Rio de Janeiro, tais como: Fundação Planetário; o Jardim Botânico; a Cooperativa dos Catadores do Complexo do Alemão (CoopCAL); o Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro; o Campo de Santana; o rio Timbó, que corta parte do Complexo do Alemão e seu entorno; localidades das estações do teleférico do Alemão; o Museu de Arte do Rio (MAR); os bairros de Inhaúma e Santa Teresa; a Aldeia Maracanã; o Armazém Utopia; a Floresta da Tijuca; o Circuito de Herança Africana; Parque Bondinho Pão de Açúcar (Figura 3); Parque de Madureira. Os trabalhos de campo, que trouxeram grandes contribuições para a construção do conhecimento sobre a realidade e espaço vivido dos(das) discentes e propiciaram questões inusitadas, foram aqueles realizados pelo rio Timbó, nas localidades das estações do teleférico do Alemão, bairro de Inhaúma e Pequena África.

As atividades de turismo pedagógico, em que os(as) estudantes demonstraram grande encantamento pelas atividades culturais ou pelo contato com riquezas naturais, desejo de retorno e contribuições para o seu processo de ensino-aprendizagem a partir dessas visitas, foram as desenvolvidas no bairro de Santa Teresa, Floresta da Tijuca e Armazém da Utopia. Durante todas

as etapas das atividades de campo e de turismo pedagógico citadas, houve a parceria e trabalho em conjunto com outros(as) profissionais da educação, estudantes, coordenação pedagógica, direção escolar, responsáveis e colaboradores(as).

Figura 3

Fotos da atividade de turismo pedagógico realizada no Parque Bondinho Pão de Açúcar com o apoio do Programa Educa Bondinho, realizada com estudantes do ensino médio do CIEP 092 Federico Fellini, 2017



Fonte: Arquivo pessoal.

Já no município de Teresópolis, realizamos diversos cursos de extensão gratuitos para professoras(es) de escolas públicas, apresentando-lhes nossa ideia e metodologia de turismo pedagógico, e apoiamos os cursistas nas atividades feitas com estudantes das suas unidades escolares. Portanto, foi possível fazer todo o processo: desde o curso de formação para profissionais da educação, até a organização e realização das atividades com seus estudantes e a culminância da mesma. Optamos por levar os(as) estudantes da zona urbana à área rural, e da zona rural à cidade, a fim de lhes mostrar um município que eles não conheciam. E os resultados foram melhores do que o esperado. Estudantes da cidade se encantaram com a produção agrícola e com a criação de animais de uma propriedade de agricultura orgânica; enquanto os(as) estudantes do campo, viram uma cidade que, apesar de sua, eles ainda não conheciam. Foi possível perceber que, para além do sentido que os conteúdos curriculares passaram a ter com a visita, as(os) estudantes

entenderam que aquele território desconhecido também era deles e que poderiam usá-lo e se apropriarem dele. A Figura 4 apresenta diversas ações do NUPETTE em Teresópolis:

Figura 4

Ações do NUPETTE: visitas técnicas do curso de extensão, divulgação científica em praças, visitas de Turismo Pedagógico, participação em eventos científicos, premiação.



Fonte: Arquivo pessoal.

Considerações finais

Os trabalhos e estudos que temos desenvolvido ao longo dos últimos anos nos levaram a formar quase duzentos profissionais da educação e mais de setenta profissionais de Turismo que nos procuraram para compreender melhor o Trabalho de Campo e o Turismo Pedagógico. Nossos cursos de extensão gratuitos em Turismo Pedagógico e Territórios Educativos foram oferecidos a estudantes e profissionais do estado do Rio de Janeiro e de outros estados, e também cruzou o oceano, chegando a estudantes de Turismo da Espanha.

A partir dos cursos de extensão conseguimos desenvolver uma metodologia de trabalho de campo e de turismo pedagógico que têm ajudado profissionais da educação em seu cotidiano escolar, bem como estudantes da educação básica pública a conhecerem e se apropriarem de seu território,

inclusive dos espaços turistificados mais valorizados da cidade por meio de visitas gratuitas. Dessa forma, ainda que sejam ações pontuais e aparentemente simples, acreditamos que elas sejam capazes de ter um alcance enorme na vida de cada estudante que participa delas. Ouvir de um estudante de uma escola da cidade que a sua visita a um sítio do seu município foi a melhor viagem da sua vida é, para nós, a melhor recompensa aos nossos esforços e o melhor combustível para continuarmos em frente.

O retorno por parte dos profissionais da educação também nos motiva a continuar. Eles afirmam que, quando conseguem realizar as atividades fora da escola, é como se um novo mundo se abrisse para os estudantes e estes ficam mais curiosos e interessados nos conteúdos lecionados.

O trabalho do Nupette faz parte do Mapa de Iniciativas Sustentáveis do Ministério do Turismo do Brasil, por ter recebido o Prêmio Braztoa de Sustentabilidade na categoria Projetos Inovadores (Faustino, 2023). Além disso, também foi reconhecido pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro com o Prêmio Paulo Freire, em 2019 (Alerj, 2019). Isso nos mostra que a sociedade tem acolhido o nosso trabalho e isso ocorre porque os resultados têm sido positivos para professores e estudantes.

São muitos os obstáculos à realização dos trabalhos de campo e do turismo pedagógico por escolas públicas na cidade do Rio de Janeiro e em Teresópolis. É preciso que os(as) educadores(as) debatam e criem estratégias para o planejamento e desenvolvimento dessas atividades, haja vista a importante contribuição dessas metodologias na formação discente e prática docente. Com isso, a ampliação do uso desses instrumentos pedagógicos e a superação das dificuldades devem entrar na pauta de reivindicações dos(das) profissionais da educação, comunidades escolar e científica para a luta por uma educação pública de qualidade.

Referências bibliográficas

ALENTEJANO, P. R. R. e ROCHA-LEÃO, O. M. **Trabalho de Campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado?** Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, nº 84, p. 51-67, 2006

ALERJ. Portal da Alerj, novembro de 2019. Disponível em: <<https://www.alerj.rj.gov.br/Visualizar/Noticia/47261>>. Acesso em: 03 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto – Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (5ª a 8ª série). Geografia, Brasília, DF. 1998.

BRASIL. Ministério do Turismo. Em 2023, atividade turística deve movimentar US\$ 9,5 trilhões na economia mundial, indica estudo da WTTC. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/em-2023-atividade-turistica-deve-movimentar-us-9-5-trilhoes-na-economia-mundial-indica-estudo-da-wttc>>. Acesso em: 15 fev. 2024.

CALLAI, H. C. et al. **A geografia e a escola: muda a geografia? Muda a escola?** Terra Livre – Paradigmas da geografia Parte I, São Paulo: AGB, número 16, p. 133-152, 1º semestre/2001.

CALLAI, H. C. e ZARTH, P. A. **O estudo do município e o ensino de história e geografia**. Ijuí, Unijuí, 1988.

FAUSTINO, R. **Veja os vencedores do Prêmio Braztoa Sustentabilidade**.

Site da Revista Panrotas, 18 de nov. de 2016. Disponível em:

<https://www.panrotas.com.br/noticia-turismo/gente/2016/11/veja-os-vencedores-do-premio-braztoa-sustentabilidade_141763.html>. Acesso em: 10 fev. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GOMES, D. S.; MOTA, K. M.; PERINOTTO, A. R. C. **Turismo pedagógico como ferramenta de educação patrimonial: a visão dos professores de História em um colégio estadual de Parnaíba (Piauí, Brasil)**. Turismo e Sociedade. Curitiba, v. 5, n. 1, p. 82-103, abril de 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>>. Acesso em: 05 fev. 2024.

KAISER, B. **O Geógrafo e a Pesquisa de Campo**. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, nº 84, p. 93–104, 2006.

LACOSTE, Y. **A Pesquisa e o Trabalho de Campo: Um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos**. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, nº 84, p. 77-92, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MOESCH, M. **O lugar da experiência e da razão na origem do conhecimento do turismo**. Cenário, Brasília, v. 1, n. 1, p. 08-28, dez. 2013.

PADILHA, M. do N. *Por uma Escola Sem Muro: O Turismo Pedagógico como Ferramenta de Apoio à Educação Básica*. In: COSTA, Amanda Danelli; PADILHA, Marcela do Nascimento; PEREIRA, Thiago Ferreira Pinheiros Dias (Organizadores) **Territórios do Turismo: perspectivas de passados,**

presentes e futuros possíveis. Boa Vista: Editora IOLE / Rio de Janeiro: EdTur, 2021, 327 p.

PADILHA, M.N. "O Território Também é Escola! O trabalho de campo e o turismo pedagógico como métodos de ensino de uma educação para a cidadania. In: Marino, L. F. **A Cidade como Sala de Aula:** educar e aprender no território. Curitiba: CRV, 2023, p. 129-146.

PADILHA, M.; LAVANDEIRA, V.; DE PIERI V. **Turismo e educação:** diálogos e ações pela cidadania. Revista Memória em Rede, Pelotas, v. 16, n. 30, Jan/Jun/2024 – ISSN-2177-4129. Disponível

em:

<<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/26075>>. Acesso: 20 fev. 2024.

RAYKIL, E. B.; RAYKIL, C. **Turismo pedagógico: uma interface diferencial no processo ensino aprendizagem.** Revista Global Tourism - Periódico de Turismo, v. 2, n. 1, 2005.